

Município da Ribeira Grande

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2017

Introdução

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2017, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a compromissos

Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção das garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 6 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2017 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	67.591.971	874.184	7.422.317	75.888.472
Bens do património histórico, artístico e cultural	32.985	2.124	0	35.109
Outros bens de domínio público	2.005.867	83.635	0	2.089.503
Imobilizações em curso	1.597.907	1.740.116	-1.967.301	1.370.722
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	12.000	0	-12.000	0
	71.240.730	2.700.060	5.443.016	79.383.805
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	921.885	9.045	9.873	940.802
Propriedade industrial e outros direitos	893.086	19.425	41.612	954.122
Outras imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0
	1.814.971	28.470	51.484	1.894.925
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	2.565.792	299.021	681.024	3.545.837
Edifícios e outras construções	88.133.911	906.551	-5.636.705	83.403.757
Equipamento básico	1.213.310	58.896	13.060	1.285.266
Equipamento de transporte	1.643.370	86.710	-153.856	1.576.224
Ferramentas e utensílios	178.037	14.146	18.671	210.854
Equipamento administrativo	3.142.849	37.873	-79.450	3.101.272
Outras imobilizações corpóreas	415.344	3.915	-6.015	413.244
Imobilizações em curso	556.780	506.492	-713.360	349.911
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0	6.000	-6.000	0
	97.849.393	1.919.604	-5.882.630	93.886.367
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0	0	0	0
Obrigações e Títulos de Participação	849.276	0	0	849.276
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
	849.276	0	0	849.276
Total	171.754.370	4.648.133	-388.129	176.014.374

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	4.221.616	585.111	-1.268.518	6.075.244
Bens do património histórico, artístico e cultural	3.731	16	0	3.747
Outros bens de domínio público	769	587	0	1.356
	4.226.115	585.714	-1.268.518	6.080.347
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	293.993	10.943	-9.873	314.808
Propriedade industrial e outros direitos	237.267	51.674	-41.612	330.553
	531.260	62.617	-51.484	645.361
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	758	-4.040	4.857
Edifícios e outras construções	14.309.618	1.655.301	1.353.842	14.611.077
Equipamento básico	1.031.128	74.952	-10.749	1.116.830
Equipamento de transporte	1.180.508	105.019	115.055	1.170.472
Ferramentas e utensílios	130.711	17.030	-19.819	167.560
Equipamento administrativo	2.703.794	159.859	79.531	2.784.122
Outras imobilizações corpóreas	294.830	39.178	4.770	329.239
	19.650.648	2.051.340	1.522.630	20.184.156
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	24.408.024	2.699.670	202.628	26.909.864

Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Activo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	486.700	105.089	11.437	580.352
Total	486.700	105.089	11.437	580.352

Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	624.843
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	338.291
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	83.794
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	850.525
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	302.150
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	234.850
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	797.915
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	28.837
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	92.942
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	925.642
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	207.081
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	69.783
		CGD	1.500.000	20-07-2035	1.421.053
		CGD	920.200	15-07-2036	1.500.000
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	585.821
	Financiamento da Obra de Construção do S. B.	CEMAH	2.000.000	18-05-2032	198.772
	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.018.722

Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.479.474,45 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As entidades participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 161.676,82 Euros em 2017.

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2017	2016
681 Juros suportados		107.462	102.613
682 Perdas em entidades participadas		0	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		15.836	24.775
Resultados financeiros		572.639	126.931
		695.937	254.320

	Proveitos e ganhos	2017	2016
781 Juros obtidos		850	6.045
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		694.544	248.275
784 Rendimentos de participações de capital		543	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		695.937	254.320

Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2017	2016
691 Transferências de capital concedidas		718.675	1.169.036
692 Dívidas incobráveis		2.501	7.740
693 Perdas em existências		4.188	553
694 Perdas em imobilizações		127.749	13.324
695 Multas e penalidades		107	81.250
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		125.691	310.445
698 Outros custos e perdas extraordinárias		47.039	89.306
Resultados extraordinários		1.247.562	669.847
		2.273.511	2.341.500

	Proveitos e ganhos	2017	2016
791 Restituição de impostos		0	28.952
792 Recuperação de dívidas		0	0
793 Ganhos em existências		2.906	1.122
794 Ganhos em imobilizações		362.034	55.471
795 Benefícios de penalidades contratuais		15.105	113.036
796 Reduções de amortizações e provisões		11.437	8.006
797 Correções relativas a exercícios anteriores		15.416	112.915
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.866.613	2.021.999
		2.273.511	2.341.500

Nota 15 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Riscos e Encargos	34.853	0	0	34.853
TOTAL	34.853	0	0	34.853

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	442.265	558.449	0	951.376	49.337
A PONTE NORTE	MRG	Prestações de Serviços	26.559	391.066	0	401.448	16.176
	Total		468.824	949.515	0	1.352.825	65.514

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-442.265	-558.449	0	-951.376	-49.337
MRG	A PONTE NORTE	Prestações de Serviços	-26.559	-391.066	0	-401.448	-16.176
	Total		-98.904	-949.515	0	-1.352.825	-65.514

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo			
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	9.521.021	0	9.521.021
Total	9.521.021	0	9.521.021